

Bancos cobram mais acesso a dados do crime para combater lavagem de dinheiro

24/10/2025

Representantes dos principais bancos do país afirmaram, na quarta-feira (22/10), que o setor precisa ter mais acesso a dados do crime organizado para aprimorar a prevenção à lavagem de dinheiro e outras movimentações financeiras ilícitas.

Essa avaliação é dos responsáveis pelas áreas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT) nos bancos Itaú Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil. Eles falaram no 15º Congresso de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, promovido em São Paulo pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Os executivos afirmaram que os bancos têm dificuldade para monitorar a circulação do dinheiro do crime, que obviamente compartilha informações sem qualquer respeito a regras como a [Lei Geral de Proteção de Dados \(LGPD\)](#).

Para **Alceu Del Petri Filho**, superintendente-executivo de PLDFT do Bradesco, essa dificuldade aumenta à medida em que os grupos criminosos se infiltram na economia formal, em negócios como a venda de combustíveis.

“É preciso haver um compartilhamento das informações de inteligência. Lutar no dia a dia contra um crime que se organiza, que é tecnológico, e que usa cadeias lícitas, é cada dia mais desafiador.”

Os bancos desejam, por exemplo, que o poder público compartilhe bases de dados sobre presos, fugitivos e [pessoas expostas politicamente \(PEPs\)](#) — grupos que, em tese, estão mais suscetíveis a envolvimento em casos de corrupção e lavagem.

“No setor privado, nós ainda temos carência de muitas fontes de dados que o setor público tem, e nós poderíamos ter”, afirma **Vinicius Santana**, diretor responsável por PLDFT no Itaú Unibanco.

Articulação

A executiva de PLDFT do Banco do Brasil, **Núbia Tavares**, defendeu a integração entre as instituições financeiras e o poder público. Ela citou, como exemplo, [um recente acordo](#) firmado entre o banco em que atua e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

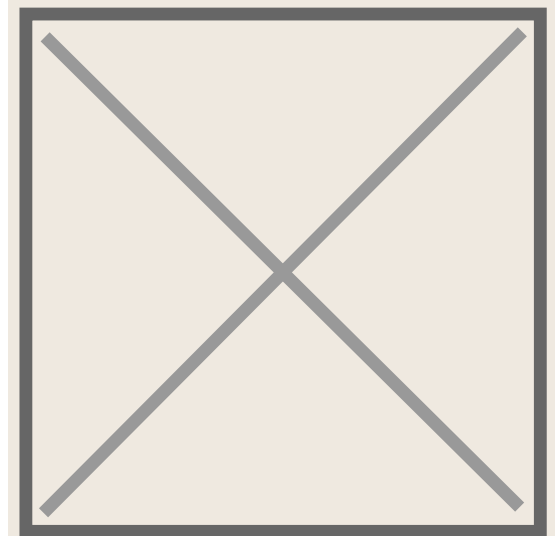
No âmbito desse acordo, no final de setembro, o banco aderiu à Câmara Temática do Sistema Financeiro Nacional, em colaboração com o Sistema Brasileiro de Inteligência (CTSFN-Sisbin), um colegiado que permite troca de informações estratégicas.

“O crime organizado é planejado e preparado, então nós temos que nos preparar também, tentando estar à frente deles. O desafio é grande e a gente precisa de controles mais robustos, de integração e parcerias público-privadas”, avalia Núbia.

“Tanto o setor público quanto o privado, e os reguladores, todos nós precisamos sentar à mesa e discutir o que é possível compartilhar. Respeitando LGPD, respeitando sigilo bancário, mas que a gente consiga avançar nisso também”, afirma Del Petri, do Bradesco.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-out-24/bancos-cobram-mais-acesso-a-dados-do-crime-para-combater-lavagem-de-dinheiro/>

Reprodução / YouTube



Executivos veem dificuldade dos bancos para monitorar dinheiro do crime